



MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 183/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO (art. 56, I da Lei 14.133/21 e art. 2º do Decreto Municipal 1.778/22)

DATA DA ABERTURA DA DISPUTA: 10/11/2025

HORÁRIO DA DISPUTA: 09:00:00

ENDEREÇO ELETRÔNICO: A sessão pública se dará por meio do sistema eletrônico Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico:

www.portaldecompraspublicas.com.br

OBJETO: A presente licitação visa o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS INCLUSOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC**, inscrito no **CNPJ Nº 86.051.398/0001-00**, por intermédio de sua **Pregoeiro e Equipe de Apoio**, designados pelo Decreto nº 3171/2025, alterado pelo decreto nº 3396/2025, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS INCLUSOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA**, nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 Dezembro de 2006, Lei Municipal Nº 4.702/2022, regulamentos municipais, regulamentos federais que não conflitem com as normas municipais, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. LOCAL, DATA E HORA





1.1. A sessão pública será realizada através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia 10 de novembro de 2025, com início às 09:00 horas, horário de Brasília - DF.

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, até às 08:30 horas do dia 10 de novembro de 2025.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui o objeto da presente licitação o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS INCLUSOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.2. A presente licitação será dividida em um item único, conforme tabela disposta no Termo de Referência anexo.

2.3. O presente certame destinado ao registro de preços, não obriga a Administração adquirir as quantidades estimadas. Na hipótese de ocorrer licitações específicas para aquisição de determinados itens, fica assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para participar do Pregão, o licitante deverá se credenciar junto ao provedor do sistema de Pregão Eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros quando identificar incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por





seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos.

4.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos ao presente Edital poderão ser feitas até às 23:59hs do dia 05/11/2025, **3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**, de forma escrita, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

4.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

4.4. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do certame, respeitando o disposto no § 1º do art. 55 da Lei n. 14.133/21.

4.5. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n. 14.133/21.

4.6. As razões de recurso e as contrarrazões serão enviadas exclusivamente através de campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou da divulgação da interposição do recurso.

4.7. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

4.7.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 minutos via sistema, sob pena de preclusão;

4.7.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata final do certame.

4.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, na qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual





deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

4.9. O recurso ou o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou decisão recorrida até a deliberação final. Ainda, o acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5. DA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

5.2 Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário limite estabelecidos neste instrumento convocatório.

5.3 Os licitantes deverão declarar em campo próprio sistema eletrônico o pleno conhecimento e atendimento aos requisitos de habilitação dispostos neste instrumento, inclusive sobre a reserva de cargo(s) para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de forma que responderão pela veracidade das informações prestadas.

5.4 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5.5 Serão assegurados os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, às microempresas e empresas de pequeno porte, que declararem e comprovarem regularmente essa condição.

5.6 **Objeto destinado à AMPLA DISPUTA, poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br**

5.7 A obtenção do benefício da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.





5.8 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.9 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.10 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.11 Não serão aplicadas as prerrogativas da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.12 COOPERATIVAS: Poderão participar deste certame licitatório os profissionais organizados sob a forma de cooperativa quando:

5.12.1 O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, os quais serão executados de forma complementar a sua atuação.

5.12.2 A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável.

5.12.3 A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

5.12.4 Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.

6. DAS VEDAÇÕES

6.1. **NÃO poderão disputar esta licitação** (art. 14 da Lei 14.133/21):

6.1.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





6.1.2. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata de Registro de Preços agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.1.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.1.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.1.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.1.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata de Registro de Preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.1.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.1.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.1.9. Na presente licitação não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante no Termo de Referência.

6.2. A vedação de que trata o item 6.1.2 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.





6.3. O impedimento de que trata o item 6.1.5 será também aplicado ao licitante que atuar em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.4. **A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço**, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.1.3 e 6.1.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da Ata de Registro de Preços, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.6. Destaca-se que não há impedimento na licitação ou na contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.7. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. No presente certame as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento serão anteriores à fase de habilitação.


7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos no item 1.2 deste Edital.

7.3. Os licitantes, sob pena de desclassificação, deverão emitir declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.4. Para efetuar o cadastro da proposta, o licitante deverá preencher no sistema as seguintes informações:

7.4.1. Valor unitário e total do item, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital;



	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL Estado de Santa Catarina
	Secretaria de Administração

7.4.2. Descrição detalhada do objeto, conforme o Termo de Referência.

7.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

7.6. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.

7.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.9. No arredondamento do cálculo do preço, deverá ser considerado somente duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais.

7.10. **O prazo de validade** da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.11. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos de habilitação exigidos por este instrumento convocatório deverão ser enviados **exclusivamente via sistema eletrônico**, de forma legível, no sentido de que ofereçam condições de análise, no prazo de até **02 (duas) horas**, após convocação do Pregoeiro via chat.

8.2 Todos os documentos protocolados devem estar com seu prazo de validade em vigor.

8.3 Documentos que não tenham seu prazo de validade consignado deverão ter sido emitidos no máximo 60 (sessenta) dias da data prevista para abertura dos invólucros, salvo os atestados de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

8.4 As empresas criadas no mesmo exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.





8.5 Os licitantes deverão preencher e protocolar, juntamente com os documentos de habilitação, as declarações abaixo relacionadas:

- 8.5.1 Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais (Anexo II);
- 8.5.2 Declaração de Enquadramento ME/EPP (Anexo III);
- 8.5.3 Informações necessárias para a Contratação (Anexo IV);
- 8.5.4 Opção pelo enquadramento conforme IN RFB 1234/12 (Anexo V);

8.6 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.6.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, que comprovem que o ramo de atividade da empresa é compatível com o objeto da Licitação.

8.7 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.7.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.7.2 Prova de Regularidade de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria de Receita Federal conjunta com a Prova de Regularidade quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional e Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.7.3 Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

8.7.4 Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal.

8.7.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.7.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440 de 07/07/2011, [consulta através do site www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)

8.7.7 As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão anexar:





8.7.7.1 Declaração de que está enquadrada na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não se incluindo nas situações de que trata o artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações

8.7.7.2 Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento equivalente com os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, emitida em até no máximo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a abertura da Licitação.

8.7.7.3 Existindo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação na forma do art. 43, §1º da LC 123/2006. A falta de regularização dos documentos no prazo, implicará na decadência do direito à contratação, passível de aplicação das sanções previstas no §5º do art. 90, da Lei 14.133/21.

8.8 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.8.1 **Condições Especiais De Habilitação** (habilitação técnica e qualificação econômico-financeira)

8.8.1.1 Atestado de Capacidade Técnica, documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando o desempenho da empresa em atividades compatíveis com o objeto da licitação;

8.8.1.2 Comprovante de que a licitante possui vínculo empregatício com os profissionais que prestarão os serviços, objetos da licitação (cópia da CTPS e/ou ficha de registro de empregados e/ou contrato de prestação de serviços e/ou declaração de disponibilidade dos profissionais quando da contratação).

Justificativa para solicitação de condições especiais de habilitação: o atestado de capacidade técnica visa assegurar que a empresa possui experiência prévia na execução de serviços similares, garantindo a adequada prestação do objeto contratado.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.



9.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta de preços anteriormente cadastrada no sistema eletrônico.

9.6 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.7 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, disponível para o acompanhamento de todos os participantes.

9.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor registrado no sistema.

9.9 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado neste Edital.

9.9.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.9.2 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.9.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.9.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior último por ele ofertado e registrado pelo sistema.





9.12 O **intervalo mínimo** de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 0,01.

9.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.14 Será desclassificada a proposta que apresentar vícios insanáveis; não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital; apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação; não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.15 **DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006:** será identificado pelo sistema os valores ofertados pelas empresas ME, EPP e MEI, o qual procederá à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, conforme disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123 de 2006.

9.15.1 As propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.15.2 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, segundo o item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo decadencial de 5 (cinco) minutos, contados pelo sistema após a comunicação automática.

9.15.3 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.15.4 Caso ocorra a equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.16 Em caso de **empate** entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:





9.16.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.16.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

9.16.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.16.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.17 Em igualdade de condições, **se não houver desempate**, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.17.1 empresas estabelecidas no território do Estado do órgão ou entidade licitante;

9.17.2 empresas brasileiras;

9.17.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.17.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.18 Assim, definido o resultado do julgamento, a Administração negociará com o licitante que ofertar o melhor preço.

9.19 O prazo para o envio da proposta reajustada, bem como da planilha de custos e formação de preços e demais anexos necessários, será de 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser prorrogado motivadamente pelo Agente de Contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte do licitante.

9.20 O licitante deverá demonstrar, por meio do protocolo de planilha de custos e formação de preços, que os preços constantes de sua proposta estão fundamentados nos custos de mercado dos insumos e em coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto a ser contratado.

9.21 Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo de 10 minutos para o registro, via sistema, das intenções recursais.





10. DA FASE DE JULGAMENTO

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/21 e legislação correlata e nos termos deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta no seguinte cadastro:

10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>)

10.2 Constatada a existência de sanção, o licitante será inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

10.4 A Administração negociará condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

10.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.6 Qualquer interessado poderá requerer a realização de diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.7 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie de forma expressa e motivada, parcela ou à totalidade da remuneração.

10.8 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final.

10.9 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, mediante solicitação do Agente de





Contratação, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada no momento da aceitação do lance vencedor.

10.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

10.11 O ajuste em comento no item acima se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.12 Existindo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos indicados no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.3 O Agente de Contratação efetuará consulta direta nos sítios dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por meio eletrônico.

11.4 Documento ausente, que atesta condição de habilitação pré-existente à abertura do certame, deverá ser solicitado e avaliado pelo Agente de Contratação.

11.5 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, mesmo após as devidas diligências, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta em conformidade com o edital.

11.6 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Agente de Contratação considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.





12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. O licitante ou o contratado, será responsabilizado administrativamente, nos termos da lei, pelas seguintes infrações:

12.1.1. dar causa à inexecução parcial ou total do contrato/ata de registro de preços;

12.1.2. deixar de entregar a documentação exigida;

12.1.3. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.4. não celebrar o contrato/ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.5. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.6. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato/ata de registro de preços;

12.1.7. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato/ata de registro de preços;

12.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.9. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.10. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e





12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato/ata de registro de preços licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

12.6. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4 e 12.1.5 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato/ata de registro de preços licitado.

12.7. Para as infrações previstas nos itens 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8, 12.1.9 e 12.1.10 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato/ata de registro de preços licitado.

12.7.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7.2. Na aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. É cabível a aplicação de multa cumulativamente com todas as outras sanções dispostas nos incisos do artigo 156 da Lei 14.133/21.





12.9. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.10. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art. 156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.11.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.12. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

12.12.1. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do art. 158 da Lei 14.133/21;

12.12.2. suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

12.12.3. suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.





12.13. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13. DOS PRAZOS E DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

13.1 O adjudicatário será notificado para assinar a ata de registro de preços no prazo de até 03 dias úteis, prorrogável a critério do órgão, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

13.2 Se o adjudicatário se recusar a assinar a Ata, a Administração Pública poderá convocar o(s) licitante(s) seguinte(s) na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo ou revogar a licitação.

13.3 A recusa injustificada do adjudicatário no prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação, assim, será instaurado procedimento administrativo para eventual aplicação das sanções previstas em lei e neste instrumento convocatório.

13.4 Em qualquer hipótese de aplicação de sanção administrativa, será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

13.5 O prazo para início execução será de até 05 (cinco) dias, a contar do envio da nota de empenho, com prazo de conclusão total dos serviços dependendo do volume de trabalho exigido na nota de empenho, a definir pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços, não podendo ser interrompido até sua conclusão

13.6 O serviço deverá ser executado conforme disposições do item 7 do Termo de Referência em anexo, de acordo com a ordem de fornecimento/nota de empenho, emitida pela administração.

13.7 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, pelo fiscal, mediante termos detalhados, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, proposta e exigências contratuais.

13.8 Os serviços deverão atender as normas e regulamentações técnicas exigidos por lei e por este Edital.

13.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.





13.10 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante nota fiscal, devidamente atestada, datada e assinada pelo fiscal e gestor de contrato.

13.11 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.12 A ata terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período.

14. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. O objeto será executado nos prazos e condições fixadas no item 7 do Termo de Referência.

15. DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado conforme disposto no item 11 do Termo de Referência.

15.2. Conforme Decreto Municipal Nº 2200/2023, os órgãos públicos da Administração Pública Direta, as Autarquias e as Fundações do Município de São Bento do Sul - SC, ficam obrigados, a efetuar as retenções na fonte do Imposto de renda (IR) sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base no Anexo I da Instrução Normativa RFB Nº 1234/2012.

15.2.1. Não se sujeitam à retenção do Imposto de Renda na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no artigo 4º da Instrução Normativa RFB Nº 1234/2012.

15.2.2. Excetuam-se as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, conforme Resolução CGSN Nº 140/2018, quando não indicar no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento a expressão "Documento Emitido por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional".

15.3. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB Nº 1234/2012, e as alterações



posteriores, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos públicos da Administração Direta, as Autarquias e as Fundações do Município de São Bento do Sul – SC.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. A Fiscalização será executada conforme item 08 do Termo de Referência.

16.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Nº 14.133/2021.

16.3. Ficam designados os seguintes servidores para exercer a fiscalização, a gestão e o acompanhamento do objeto do contrato, nos termos disciplinados nos art. 117 e 7º da Lei Federal Nº 14.133/2021.

16.4. Secretaria Municipal de Administração

16.4.1. Fiscal: Gilnei de Lima, matrícula: 39.984;

16.4.2. Fiscal substituto: José Pedro Pereira, matrícula: 39.984;

16.4.3. Gestor: Johnny Jan Flohr, matrícula: 46.816;

16.4.4. Gestor substituto: Ivan Carlos Klein, matrícula: 44.245;

16.5. 21.ª Delegacia Regional de Polícia Civil

16.5.1. Fiscal: Marildo Aparecido da Silveira Fragoso, matrícula: 0650.351-9-01;

16.5.2. Fiscal substituto: José Lourival Gonschorovski, matrícula: 0314.837-8-02;

16.5.3. Gestor: Sergio Roberto Kern, matrícula: 0953.731-7-01;

16.5.4. Gestor substituto: Valmir Silveira Soares, matrícula: 0953.733-3-01;

16.6. 23º Batalhão de Polícia Militar

16.6.1. Fiscal: Robson André Sfair, matrícula: 927598-3;

16.6.2. Fiscal substituto: Willian Dirschnabel, matrícula: 659976-1;





16.6.3. Gestor: Edson Luís Fernandes, matrícula: 914657-1

16.6.4. Gestor substituto: Alan Jones Unger, matrícula: 925246-0;

16.7. Corpo de Bombeiros Militar

16.7.1. Fiscal: Tiago Rodrigo Buch, matrícula: 929122-9;

16.7.2. Fiscal substituto: Pedro Henrique Duffeck, matrícula: 727263-4;

16.7.3. Gestor: Demilson Stanga, matrícula: 916143-0;

16.7.4. Gestor substituto: Júlia Caroline da Silva Ostetto, matrícula: 693628-8;

16.8. Empresa Municipal de Habitação - EMHAB

16.8.1. Fiscal: Leonir Dias Ribeiro, matrícula: 24.075;

16.8.2. Fiscal substituto: Salatiel Conceição de Souza, matrícula: 24.110;

16.8.3. Gestor: Airton Norbal Ramos Neto, matrícula: 12.467;

16.8.4. Gestor substituto: Sabrina Tailine Raphalski, matrícula: 24.117;

16.9. Fundação Cultural de São Bento do Sul

16.9.1. Fiscal: Elisiane Jaschefsky, matrícula: 31.299;

16.9.2. Fiscal substituto: José Tadeu de Santana Junior, matrícula: 31.303;

16.9.3. Gestor: Anderson Ferreira Marks, matrícula: 31.311;

16.9.4. Gestor substituto: Denise Grosskopf Dirksen, matrícula: 31.305;

16.10. Fundação Municipal de Desportos - FC

16.10.1. Fiscal: Luciano Weidner, matrícula: 32.915;

16.10.2. Fiscal substituto: José Hoffmann Martins, matrícula: 33.013;

16.10.3. Gestor: Vilson Renato Rank, matrícula: 32.983;

16.10.4. Gestor substituto: Cláudia Moreira de Souza, matrícula: 29.480;

16.11. Fundo Municipal de Saúde - FMS

16.11.1. Fiscal: Maria Cristina Siebre, matrícula: 39.546;





16.11.2. Fiscal substituto: Thais Mayara Becker, matrícula: 43.631;

16.11.3. Gestor: Déborah Cintia de Quadros Pereira, matrícula: 40.869;

16.11.4. Gestor substituto: Andreia Milbratz, matrícula: 14.920;

16.12. Secretaria Municipal de Agricultura

16.12.1. Fiscal: Gilmara Staffen de Oliveira, matrícula: 39.220;

16.12.2. Fiscal substituto: Bertoldo Schoeffel, matrícula: 26.902;

16.12.3. Gestor: Leda Maria Veber, matrícula: 45.437;

16.12.4. Gestor substituto: Viviane Buttelbrun, matrícula: 44.556;

16.13. Secretaria Municipal de Assistência Social

16.13.1. Fiscal: Marisa do Amaral, matrícula: 12.520;

16.13.2. Fiscal substituto: Solange Teresinha Streit, matrícula: 34.347;

16.13.3. Gestor: Valmir Gonçalves Ribeiro, matrícula: 44.660;

16.13.4. Gestor substituto: Camila Bagnara Erving, matrícula: 44.379;

16.14. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - PROCON

16.14.1. Fiscal: Emanuelle Helena Bail, matrícula: 45.754;

16.14.2. Fiscal substituto: Emily Rossetto, matrícula: 45.216;

16.14.3. Gestor: Jorge Luis Drevek Bail, matrícula: 46.614;

16.14.4. Gestor substituto: Tarcila Teles de Campos, matrícula: 44.402;

16.15. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SECON

16.15.1. Fiscal: Clelson Uchoa Sobrinho, matrícula: 46.910;

16.15.2. Fiscal substituto: Luciano Bueno Franco, matrícula: 41.243;

16.15.3. Gestor: Thiane Maria Hack Raulino, matrícula: 46.249;

16.15.4. Gestor substituto: Ricardo Butzke Jantsch, matrícula: 45.350;

16.16. Secretaria Municipal de Educação





16.16.1. Fiscal: Victor Hugo Ferraz dos Santos, matrícula: 44.533;

16.16.2. Fiscal substituto: Gerson Evers Mendes, matrícula: 24.230;

16.16.3. Gestor: Vinicius Bodnar da Silva, matrícula: 46.884;

16.16.4. Gestor substituto: Nicole Tainara Gonçalves dos Anjos, matrícula: 43.401;

16.17. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

16.17.1. Fiscal: Adilson de Bairros, matrícula: 45.748;

16.17.2. Fiscal substituto: Angela Maria Dill, matrícula: 43.205;

16.17.3. Gestor: Paulo Zwiefka, matrícula: 43.308;

16.17.4. Gestor substituto: Carla Camila Salvador Andrade, matrícula: 44.627;

17. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

17.1. O Cadastro de Reserva de Fornecedores será formado por todos os licitantes classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, excetuados os classificados em primeiro lugar com os quais serão registrados ata de registro de preços.

17.2. Os quantitativos estimados para consumo são formados pela demanda apresentada pela Administração. Esses quantitativos não vinculam qualquer obrigação da Administração e não geram qualquer Direito ao Fornecedor.

17.3. Na hipótese de o fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os Fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, e poderá sofrer as penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.

17.4. Excetuados os fornecedores mais bem classificados durante a fase competitiva, todos os demais licitantes formarão o cadastro de reserva de fornecedores.

17.5. Os Fornecedores do cadastro de reserva serão incluídos aos autos através do ranking nos itens na forma de anexo, na sequência da classificação do certame, segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.





18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.5. Caso a sessão pública seja suspensa, especialmente em caso de diligências, será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.8. O Município de São Bento do Sul reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

18.9. São partes integrantes deste Edital: Termo de Referência, Declarações, Minuta da Ata de Registro de Preços.

São Bento do Sul, 13 de outubro de 2025



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente termo de referência é a o **registro de preços para prestação de serviços de roçada, com fornecimento de mão de obra e todos os materiais, equipamentos e ferramentas inclusos pelo período de 12 (doze) meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Registro de Preços:

(X) SIM () NÃO

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
237381	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, VARRIÇÃO E RASTELAMENTO, NAS ÁREAS ROÇADAS DE VEGETAÇÃO RASTEIRA, A REALIZAR NAS RUAS, PRAÇAS, ESCOLAS, CEMITÉRIOS E DEMAIS LOGRADOUROS PÚBLICOS, SENDO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA TODA MÃO DE OBRA, EPI'S, EQUIPAMENTOS QUE SER FIZEREM NECESSÁRIOS PARA LIMPEZA,	METRO QUADRADO	7.953.914	R\$ 0,32	R\$ 2.545.252,48





	TRANSPORTE, SINALIZAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL.				
--	---	--	--	--	--

2.1. Por se tratar de estimativas, os valores acima não constituem, em hipótese alguma, compromissos futuros, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como valores para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades dos órgãos solicitantes, sem que isso justifique qualquer indenização à Contratada.

2.2. A execução dar-se-á de forma parcelada, no período de validade da Ata de Registro de Preços, na quantidade demandada para atender as necessidades de cada órgão.

2.3. Natureza do objeto:

Comum ()

Especial ()

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação se torna necessária em virtude da necessidade de manter áreas públicas em condições adequadas de uso, segurança e acessibilidade, garantindo a preservação dos espaços, bem como o bem-estar da coletividade.

3.2. A falta de manutenção periódica da vegetação compromete a visibilidade em vias e acessos, aumenta riscos de acidentes, favorece a proliferação de vetores e prejudica a estética dos ambientes. Além disso, a ausência de serviços contínuos de roçadas impacta negativamente na qualidade de vida da população, na valorização dos espaços públicos e na eficiência da prestação de serviços públicos.

3.3. A quantidade foi estabelecida de acordo com o histórico e a previsão de necessidade dos serviços pelo período de 12 (doze) meses e em conformidade com o Plano de Contratações Anual 2025.





3.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, no objeto nº 144, linha SBS3171, referente roçadas.

3.4.1. Em relação ao quantitativo da Empresa Municipal de Habitação- EMHAB, houve erro operacional de preenchimento no Plano de Contratações Anual 2025 e desta forma a quantidade requerida estará superior.

4. SECRETARIA REQUISITANTE

4.1. A presente contratação será destinada a atender as necessidades dos requisitantes a seguir:

- 21ª Delegacia Regional de Polícia de São Bento do Sul
- 23º Batalhão de Polícia Militar
- Corpo De Bombeiros Militar
- Empresa Municipal de Habitação - EMHAB
- Fundação Cultural de São Bento do Sul
- Fundação Municipal de Desportos - FMD
- Fundo Municipal de Saúde - FMS
- Secretaria Municipal de Administração - SECAD
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAGRI
- Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SECON
- Secretaria Municipal de Educação - SEMED
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos – SEMOB

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A forma e critério de julgamento a ser utilizados no presente certame será o menor preço (X) por item; () por lote; () global.

6. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO





6.1. Condições Especiais De Habilitação (habilitação técnica e qualificação econômico-financeira)

6.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando o desempenho da empresa em atividades compatíveis com o objeto da licitação;

6.1.2. Comprovante de que a licitante possui vínculo empregatício com os profissionais que prestarão os serviços, objetos da licitação (cópia da CTPS e/ou ficha de registro de empregados e/ou contrato de prestação de serviços e/ou declaração de disponibilidade dos profissionais quando da contratação).

Justificativa para solicitação de condições especiais de habilitação: o

atestado de capacidade técnica visa assegurar que a empresa possui experiência prévia na execução de serviços similares, garantindo a adequada prestação do objeto contratado

6.2. Condições Especiais De Contratação

6.2.1. Não se aplica.

7. MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto obedecerá:

7.1.1. Início da execução: O Início da prestação do serviço será em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da nota de empenho.

7.1.1.1. A Contratada será acionada para execução dos serviços por meio eletrônico, valendo-se para tanto do e-mail, telefone ou via mensagem eletrônica pelo aplicativo WhatsApp.

7.1.2. Prazo de execução: O prazo para conclusão total dos serviços dependerá do volume de trabalho exigido na nota de empenho, a definir pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços, não podendo ser interrompido até sua conclusão.



**7.1.3. Cronograma - Horários e locais da execução dos serviços:**

7.1.3.1. Os serviços ocorrerão mediante aviso prévio agendado. No quadro abaixo estão listados os telefones para agendamento, horários e endereços para a realização dos serviços, que devem ser realizados na sede da contratada:

21ª Delegacia Regional de Polícia de São Bento do Sul	
Endereço	Rua Jorge Zipperer, nº 544, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-730
Telefone	(47) 3647-0144
Horário	de segunda a sexta-feira das 12h às 18h, exceto feriados e pontos facultativos.
23º Batalhão de Polícia Militar	
Endereço	Avenida dos Imigrantes, nº 955, Bairro Progresso - São Bento do Sul/SC - CEP 89281-552
Telefone	(47) 3431-8778
Horário	de segunda a sexta-feira das 12h às 19h, exceto feriados e pontos facultativos.
Corpo de Bombeiros Militar	
Endereço	Rua Barão do Rio Branco, nº 405, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-478
Telefone	(47) 3647-0540
Horário	de segunda a sexta-feira das 08h às 18h, exceto feriados e pontos facultativos.
Empresa Municipal de Habitação - EMHAB	
Endereço	Rua Benjamin Constant, nº 118, sala 02, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-484
Telefone	(47) 3633-5673
Horário	de segunda a sexta-feira das 08h às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Fundação Cultural de São Bento do Sul	
Endereço	Rua Largo Hugo Fischer, nº 33, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-364
Telefone	(47) 3634-0297
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 12h e das 13h às 16h30, exceto feriados e pontos facultativos.
Fundação Municipal de Desportos - FMD	
Endereço	Rua Benjamin Constant, nº 118, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-484
Telefone	(47) 3633-7520
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 12h e das 13h às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL**

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

Secretaria Municipal de Administração - SECAD	
Endereço	Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-902
Telefone	(47) 3631-6109
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 12h e das 13h às 16h30, exceto feriados e pontos facultativos.
Secretaria Municipal de Agricultura - SEAGRI	
Endereço	Rodovia dos Móveis, nº 15, Oxford - São Bento do Sul/SC - CEP 89285-480
Telefone	(47) 3635-4234
Horário	de segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - Departamento de Proteção ao Consumidor - SECON	
Endereço	Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 398, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-388
Telefone	(47) 3634-1001
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h30.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SECON	
Endereço	Rua Marechal Floriano, nº 196, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-343 Rua Luiz Fernando Hastreiter, nº 320, Centenário - São Bento do Sul/SC - CEP 89283-081
Telefone	(47) 3631-6089
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h30, exceto feriados e pontos facultativos.
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS	
Endereço	Rua João Mulhauer, nº 169, Serra Alta - São Bento do Sul/SC - CEP 89291-050
Telefone	(47) 3633-7041
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 12h e das 13h às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB	
Endereço	Diversos pontos da municipalidade a serem confirmados no momento de envio da nota de empenho. Os endereços são na cidade de São Bento do Sul/SC.
Telefone	(47) 3635-1502
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 11h30 e das 13h às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	
Telefone	(47) 3635-1014



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL****Estado de Santa Catarina****Secretaria de Administração**

Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 12h e das 13h às 16h30, exceto feriados e pontos facultativos.
Endereços	Secretaria Municipal de Educação (SEMED): Rua Benjamin Constant, nº 120, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-484
	EMEJA – (anexo ao prédio da SEMED) Rua: Benjamin Constant, nº120 Centro
	Depósito de Alimentação – (anexo ao prédio da SEMED) Rua: Benjamin Constant, nº120 Centro
	CEIM Pastor Adolf Prinz – Rua Dona Francisca, 3571 – Dona Francisca
	CEIM Algodão Doce – Rua Ana Roesler, s/n – Serra Alta
	CEIM Amor Perfeito – Rua Tijucas, 483 – Progresso
	CEIM Castelo Encantado – Rua Alziro Carvalho, 150 – Colonial
	CEIM Estrela Guia – Rua Wenceslau Uhlig, 60 – Rio Vermelho Estação
	CEIM Fada Madrinha – Rua Pios Schindler, 100 – Alpino
	CEIM Neide de Fátima – Rua Mathias Nossol, 1177 – Serra Alta
	CEIM Nosso Mundo – Rua Erhard Bollmann, 146 – Centro
	CEIM Pequenos Passos – Rua João Muntowski, 100 – Rio Negro
	CEIM Peter Pan – Rua Monte Castelo, 340 – Cruzeiro
	CEIM Pica Pau – Rua Pref. Ornith Bollmann, 1616 – Brasília
	CEIM Pingo de Gente – Rua Hans Dieter Schmidt, 445 – Centenário
	CEIM Raio de Sol – Rua Afonso Spitzner, 130 – Lençol
	CEIM Ver. Silvio Ivens Grossl – Rua Francisco Eckstein, 950 – Lençol
	CEIM Sonho Meu – Rua Teodorico Kiem, 55 – Mato Preto
	CEIM Tempo Mágico – Rua Francisco Kobs, 17 – Schramm
	CEIM Tico e Teco – Rua Estevão Buschle, 1210 – 25 de Julho
	CEIM Trenzinho Feliz – Rua Gov. Pedro Ivo, 200 – 25 de Julho
	CEIM Vera Lúcia Drechsler Kitzberger – Rua Pedro Fleischmann, 234 – Oxford
	PEM Abelhinha Feliz – Rua Hans Dieter Schmidt, 73 – Centenário
	PEM Ver. Alexandre Alfredo Garcia – Rua Raulino Guido Hastreiter, 111 – Boehmerwald
	PEM Sossego da Mamãe – Rua Carlos Rueckl, 96 – Serra Alta
	PEM Cantinho do Céu – Rua Moema, 469 – Cruzeiro
	PEM Criança Feliz – Rua Carlos Eckstein, 40 – Colonial
	PEM Ernesto Venera dos Santos – Rua Tubarão, 115 – Progresso
	EBM Adélia Lutz – Rua Alto Paraguaçu, 344 – Cruzeiro
	EBM Alexandre Pfeiffer – Rua Dr. Arndt, 77 – Colonial





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

	EBM Alfredo Diener – Rua Carlos Manoel Linzmeyer, 08 – Serra Alta
	EBM Annelize B. Mallon – Rua Dr. Hans Dieter Schmidt, 115 – Centenário
	EBM Prof. Antônio Tremel – Rua Conde D’Eu, 266 – Alpino
	EBM Prof. Aracy Hansen – Rua Theodoro Ziebarth, 90 – Bela Aliança
	EBM Baselisse C. R. Virmond – Rua Emílio Weber, 88 – Colonial
	EBM Carlos Doetsch Alpino – Rua Estrada Carlos Schroeder, 2020 – Alpino
	EBM Pres. Castelo Branco – Rua Augusto Klimmek, 979 – Centro
	EBM Dalmir Pedro Cubas – Rua Carlos Rueckl, 96 – Serra Alta
	EBM Denise C. Harms – Rua Frida Weber, 49 – Cruzeiro
	EBM Emílio Engel – Rua Geraldo Vicente, 362 – Ribeirão Vermelho Estação
	EBM Garibaldina S. Fuginaga – Rua Cruzeiro, 3045 – Cruzeiro
	EBM Henrique Schwarz – Estrada Schramm, 1500 – Schramm
	EBM Hercílio Malinowsky – Rua Severino Eichendorf, 43 – Dona Francisca
	EBM Lucia Tschoeke – Rua Itajaí, 403 – Brasília
	EBM Maria Waltrudes – Rua Anastácio Runschka, 150 – Oxford
	EBM Newton Mendes – Rua Jornalista Raulino Preissler, 650 – 25 de Julho
	EBM Osny Vasconcellos – Rua Carlos Theodoro Rueckl, 73 – Progresso
	EBM Rodolfo Berti – Rua Boa Vista, 331 – Brasília
	EBM Sophia Schwedler – Rodovia dos Móveis, 3197 – Mato Preto
	Centro de Autismo – Estrada Dona Francisca, 3465 – Dona Francisca
	Centro de Vivências Maria Ferreira - R. João Kobus, 300 – Rio Vermelho Povoado
Fundo Municipal de Saúde – FMS	
Endereço	Secretaria Municipal de Saúde: Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 51, Centro - São Bento do Sul/SC - CEP 89280-361
Telefone	(47) 3631-0400
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Ambulatório de Fisioterapia	
Endereço	Rua Wenzel Kalhofer, 171 - Centro, São Bento do Sul - SC, 89280157
Telefone	(47) 3631-0445
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Farmácia Central	
Endereço	Rua Wenzel Kalhofer, 171 - Centro São Bento do Sul - SC, 89280157
Telefone	(47) 3633-7349



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL****Estado de Santa Catarina****Secretaria de Administração**

Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	
Endereço	Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Centro, São Bento do Sul - SC, 89280364
Telefone	(47) 3635-3973
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Centro de Atendimento A Mulher - CAM	
Endereço	Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Centro, São Bento do Sul - SC, 89280364
Telefone	(47) 3631-0421
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Centro de Atendimento E Diagnóstico – CAD	
Endereço	Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Centro São Bento do Sul - SC, 89280364
Telefone	(47) 3631-0434
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Raio X	
Endereço	Rua Largo Hugo Fischer, 25 - Centro São Bento do Sul - SC, 89280364
Telefone	(47) 3631-0423
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Centro de Especialidades Médicas - CEM	
Endereço	Rua Pe. Fidelis Tomelin, 10 - Centro São Bento do Sul - SC, 89280430
Telefone	(47) 3635-2177
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Centro de Atendimento ao Diabético - CADIA	
Endereço	Rua Pe. Fidelis Tomelin, 10 - Centro São Bento do Sul - SC, 89280430
Telefone	(47) 3633-4126
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Laboratório Municipal	
Endereço	Rua Pe. Fidelis Tomelin, 10 - Centro São Bento do Sul - SC, 89280430
Telefone	(47) 3633-4929
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

Us Central	
Endereço	Rua Marechal Deodoro, 413 - Centro, São Bento do Sul - SC, 89280971
Telefone	(47) 3626-3086
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Centro de Especialidades Odontol. - CEO	
Endereço	Joao Kim, 36 - Centro, São Bento do Sul - SC, 89280160
Telefone	(47) 3631-0450
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Centro de Especialidades Odontol. - (Joana)	
Endereço	Centro de Especialidades Odontol. - (Joana): Estrada Rio Negro, 68 - Colonial, São Bento do Sul - SC, 89288470
Telefone	(47) 3635-6680
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 01 - Serra Alta	
Endereço	Rua Mathias Nossol - em frente ao Amambert - Serra Alta São Bento do Sul - SC, 89291805
Telefone	(47) 3626-6702
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 02 - Serra Alta - CAIC	
Endereço	Rua Carlos Rueckl, 96 - Serra Alta São Bento do Sul - SC, 89291105
Telefone	(47) 3626-2080
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 03 - Centenário	
Endereço	Rua Dr. Hans Dieter Schmidt, 485 - Centenário São Bento do Sul - SC, 89283105
Telefone	(47) 3626-2908
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Cempics	
Endereço	Rua Dr. Hans Dieter Schmidt, 485 - Centenário São Bento do Sul - SC, 89283105
Telefone	(47) 991931278



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL****Estado de Santa Catarina****Secretaria de Administração**

Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 04 – Centenário	
Endereço	Rua Augusto Wunderwald, 2700 - Centenário São Bento do Sul - SC, 89281060
Telefone	(47) 3634-2691
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 05 - Cruzeiro	
Endereço	Rua Iracema - Lado Impar, 365 - Cruzeiro São Bento do Sul - SC, 89286320
Telefone	(47) 3635-4704
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 06 - Cruzeiro	
Endereço	Rua Papanduva, 239 - Cruzeiro São Bento do Sul - SC, 89286305
Telefone	(47) 3626-2470
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 07 - Alpino	
Endereço	Rua Imigrante Jose Hastreiter, 50 - Alpino São Bento do Sul - SC, 89286712
Telefone	(47) 3626-2454
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 08 - Urca	
Endereço	Rua Urca, S/N - Colonial São Bento do Sul - SC, 89288600
Telefone	(47) 3634-3369
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 10 - Serra Alta	
Endereço	Rua Alvino Stiz, 151 - Serra Alta São Bento do Sul - SC, 89292175
Telefone	(47) 3633-1128
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 11 - Vila São Paulo	
Endereço	Rua Boa Vista, 259 - Brasília São Bento do Sul - SC, 89282428
Telefone	(47) 3626-3396
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

Esf 12 - Mato Preto	
Endereço	Rua Adelia Lili Schneider, 30 - Mato Preto São Bento do Sul - SC, 89285030
Telefone	(47) 3626-3395
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 1º De Maio	
Endereço	Rua Carlos Eckstein, 30 - Colonial São Bento do Sul - SC, 89288155
Telefone	(47) 3626-3392
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf 25 de Julho	
Endereço	Rua Estevão Buschle - de 1617 a 2423 - lado, 1635 - 25 de Julho São Bento do Sul - SC, 89280827
Telefone	(47) 3633-2021
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf Boehmerwald	
Endereço	Rua Raulino Guido Hastreiter, S/N - Boehmerwald São Bento do Sul - SC, 89287705
Telefone	(47) 3634-0982
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf Lençol:	
Endereço	Rua Miguel Hubl, s/n - Lençol São Bento do Sul - SC, 89289580
Telefone	(47) 3633-0692
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf Progresso	
Endereço	Rua Videira, 89 - Progresso São Bento do Sul - SC, 89281075
Telefone	(47) 3626-3390
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Esf Rio Vermelho Estação	
Endereço	Rua Geraldo Vicente, 290 - Rio Vermelho Estação, São Bento do Sul - SC, 89292690
Telefone	(47) 3626-8055



**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL****Estado de Santa Catarina****Secretaria de Administração**

Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Us Bela Aliança	
Endereço	Rua Dona Francisca, 6955 - Bela Aliança São Bento do Sul - SC, 89284715
Telefone	(47) 3635-0981
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Us Rio Vermelho Povoado	
Endereço	Rua João Kobus, 440 - Rio Vermelho Povoado, São Bento do Sul - SC, 89292820
Telefone	(47) 3633-1233
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Us Vila Pilz	
Endereço	Rua Willi Pilz, 484 - Serra Alta São Bento do Sul - SC, 89291290
Telefone	(47) 3626-7169
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Vigilância Epidemiológica	
Endereço	Rua Jose Fendrich, 145 - Progresso São Bento do Sul - SC, 89281099
Telefone	(47) 3635-2228
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Vigilância Sanitária	
Endereço	Rua Jose Fendrich, 145 - Progresso São Bento do Sul - SC, 89281099
Telefone	(47) 3635-2228
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Unidade de Pronto Atendimento	
Endereço	Rua João Paulo, 255 – Colonial São Bento do Sul - SC.
Centro de Especialidades Médicas – CEM (Novo)	
Endereço	Rua João Paulo, 255 – Colonial São Bento do Sul - SC.
SAMU	
Endereço	Rua Guilherme Bollmann, 161 - Centro São Bento do Sul - SC, 89280-193
Telefone	(47) 3635-5387
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

Us Central	
Endereço	Rua Marechal Deodoro, 255 - Centro São Bento do Sul - SC, 89280971
Telefone	(47) 3626-3086
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.
Endereço	Rua Joao Pauli, nº 2055, Colonial, São Bento do Sul - SC
Horário	de segunda a sexta-feira das 07h30 às 16h, exceto feriados e pontos facultativos.

7.1.3.2. A confirmação do endereço será feita juntamente com o envio da nota de empenho e os serviços poderão ser prestados em outros endereços, embora não estejam listados no quadro do item 7.1.3.1. As prestações de serviços ocorrerão na cidade de São Bento do Sul/SC.

7.1.4. Descrição dos procedimentos; das rotinas; dos métodos para a perfeita execução dos serviços:

7.1.4.1. Dos serviços prestados:

7.1.4.1.1. Os serviços de roçadas deverão ser prestados nas áreas de vegetação rasteira, a realizar em canteiros de vias públicas, praças, escolas, cemitérios e demais locais públicos, incluindo varrição, rastelamento, bem como o recolhimento e limpeza dos resíduos decorrentes da execução dos serviços, transporte e destinação adequada desses resíduos, com fornecimento de todo equipamento necessário.

7.1.4.1.2. A roçada consiste no aparo da vegetação do local, deixando-a com a mínima altura possível, considerando a utilização de pessoal, ferramentas e equipamentos adequados.

7.1.4.1.3. A Contratada deverá manter permanentemente um responsável, para receber, como seu representante, ordem de execução, dar andamento às providências nelas contidas ou delas decorrentes e tudo o mais necessário à boa execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.





7.1.4.1.4. Todo serviço deverá ser supervisionado pelo encarregado de turma da Contratada, o qual será o preposto entre o fiscal e a equipe de campo.

7.1.4.1.5. A Contratada deverá definir plano de trabalho com programação prévia, levando em consideração os locais definidos na nota de empenho e considerar as situações eventuais que possam surgir, garantindo a conclusão dos trabalhos sem atrasos.

7.1.4.1.6. Sempre que necessário, a Contratada deverá reforçar a sua equipe de funcionários para permitir a execução dos serviços dentro dos prazos previstos, se ficar constatada tal necessidade.

7.1.4.1.7. As quantidades e distribuições das equipes para os serviços deverão ser feitas em face da demanda, atendendo de maneira efetiva.

7.1.4.1.8. A medição do serviço será por m² (metro quadrado) de área efetivamente roçada e limpa.

7.1.4.1.9. Não será objeto de medição a re-execução obrigatória de serviços que decorrerem de uma má execução anterior.

7.1.4.1.10. Para fins de medição dos serviços diariamente executados, deverá ser apresentada pela Contratada à Contratante, ao final de cada dia ou após o término do mesmo, planilha dos serviços de roçada de cada local, com especificação das quantidades e com anotações das pertinentes observações e explicações, tais como não cumprimento integral ou parcial da nota de empenho.

7.1.4.1.11. A Contratada elaborará planilha de medição mensal, com base nas medições diárias dos serviços executados, comparando-os com às notas de empenho de modo a que se afira a quantidade a ser faturada, apresentando à Contratante.

7.1.4.1.12. A Contratada não poderá ceder ou transferir a terceiros no todo ou em parte os serviços.





7.1.4.1.13. No preço proposto deverão estar inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, encargos e quaisquer outras despesas necessárias à plena execução do serviço, ainda que não expressamente mencionadas neste instrumento, de modo a não gerar acréscimos de custos ao órgão requisitante.

7.1.4.1.14. As roçadas deverão ser pagas apenas quando houver a conclusão da sua execução.

7.1.4.1.15. Poderá haver um aumento ou redução na frequência dos serviços em questão, condicionada à qualidade do solo, peculiaridade do clima ou determinação da fiscalização da secretaria requisitante.

7.1.4.2. Da execução dos serviços:

7.1.4.2.1. Os locais a serem roçados devem ser previamente inspecionados, de forma que seja feita a retirada das pedras ou outros resíduos que possam ser arremessados pelas roçadeiras contra pessoas ou bens materiais.

7.1.4.2.2. Será obrigação da Contratada utilizar redes de proteção no entorno dos equipamentos de roçada que estiverem em operação, não sendo admitida a prestação dos serviços sem este equipamento de proteção coletiva.

7.1.4.2.3. Os danos causados ficarão sob responsabilidade da Contratada, ou seja, a empresa Contratada será responsável por eventuais danos causados a terceiros (quebra de vidros residenciais e de veículos, acidentes causados pelo arremesso de pedras ou outros resíduos, etc), devendo neste caso ressarcir o dano causado.

7.1.4.2.4. Os serviços devem ser realizados tomando-se o cuidado com árvores, tubulações e todo e qualquer elemento que possa ser danificado durante a realização dos serviços.

7.1.4.2.5. O corte da grama e vegetação, o seu rastelamento e transporte devem ser feitos sem estragos da área ou do paisagismo (caso) existente,





ficando a Contratada no caso de danos ou estragos, obrigada às suas expensas, aos reparos que derem causa.

7.1.4.2.6. Deverá ser previsto o correto acabamento nas laterais de edificações, muros, cercas, alambrados, calçadas e similares.

7.1.4.2.7. Os cortadores deverão tomar o cuidado de realizar um corte uniforme, garantindo que as áreas de lombadas e depressões não fiquem com altura diferente de corte do restante da área.

7.1.4.2.8. Os resíduos gerados pelo serviço de roçada, tanto em áreas gramadas, quanto em áreas pavimentadas, deverão ser varridos ou recolhidos, deixando o local limpo.

7.1.4.2.9. Os resíduos deverão ser recolhidos e removidos sob responsabilidade da empresa Contratada, que deverá fazer a destinação final destes resíduos.

7.1.4.2.10. O material resultante deve estar disposto em montes para facilitar sua coleta e posterior destinação final, sendo que, em hipótese alguma, considerando questões ambientais e de segurança, não será permitido a queima do material roçado.

7.1.4.2.11. Os resíduos da varrição deverão ser recolhidos no mesmo dia da execução do serviço.

7.1.4.2.12. Os serviços a serem executados deverão ser concluídos com a maior brevidade possível, exceto se as condições do tempo não permitirem.

7.1.4.2.13. A Contratada deverá estabelecer e cumprir integralmente procedimentos de saúde e segurança ocupacional, de acordo com as normas regulamentares do Ministério de Trabalho e Emprego, dando destaque a NR 6 (Equipamento de Proteção Individual), NR 12 (segurança no trabalho em máquinas e equipamentos), NR 15 (atividades e operações insalubres), NR 17





(Ergonomia) e NR 21 (trabalhos a céu aberto), bem como as demais leis, normas, e convenções relativas ao tema vigente.

7.1.4.2.14. A Contratada deverá providenciar devidas autorizações com o Departamento de Trânsito em São Bento do Sul quando o serviço perturbar ou interromper o livre trânsito.

7.1.4.2.15. Sinalizar o local, de acordo com as instruções de sinalização exigidas pelas autoridades de trânsito.

7.1.4.3. Da garantia:

7.1.4.3.1. A Contratada deverá garantir a qualidade dos serviços executados, observando-se também, que durante o período de vigência do contrato, os serviços executados que apresentarem irregularidades deverão ser refeitos, sendo que todas as despesas inerentes à reposição e transporte destas e do objeto licitado, correrão por conta da Contratada, não cabendo ao Município qualquer ônus.

7.1.4.3.2. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a Contratada deverá refazê-los no prazo de até 5 (cinco) dias contados da notificação por escrito.

7.1.4.4. Relatório:

7.1.4.4.1. A Contratada deverá apresentar relatório mensalmente, discriminando os serviços prestados durante o mês imediatamente anterior, contendo:

7.1.4.4.2. Planilha detalhada da realização dos serviços dentre os determinados na nota de empenho, com discriminação de locais, medição, quantidades e datas executadas, com apontamentos de toda e qualquer observação pertinente a eventuais percalços que tenham eventualmente impedido a execução tempestiva e correta dos serviços.





7.1.4.4.3. Em conjunto com o gestor ou fiscal de contrato, a planificação pode ser adequada e conter outras exigências para melhor supervisão permanente dos serviços, conforme as necessidades de cada secretaria requisitante.

7.1.4.4.4. A planilha também deve constar a medição correspondente ao acumulado mensal de serviço executado e aceito.

7.1.4.4.5. Apresentar mensalmente relação nominal de seus funcionários contratados envolvidos na prestação dos serviços.

7.1.4.4.6. Incluir na Nota Fiscal e/ou Fatura o preço unitário final resultante desta licitação sobre o volume de m² (metro quadrado) para os serviços de roçadas executadas.

7.1.4.4.7. Apresentar Nota Fiscal da prestação de serviços conforme medição aprovada definitivamente pelo fiscal ou gestor da Ata de Registro de Preços.

7.1.4.4.8. Cada Nota Fiscal, deverá ser acompanhada da cópia da respectiva nota de empenho e os certificados de regularidade junto à Fazenda Federal (incluindo a Seguridade Social), Estadual e Municipal, Certificado de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Certificado de Regularidade Trabalhista.

7.1.4.4.9. O relatório referente à execução dos serviços e apresentação da Nota Fiscal devidamente aceita pela solicitante, assim como os demais documentos são indispensáveis para o pagamento, bem como outros porventura requisitados pelo gestor do Contrato.

7.1.4.4.10. Na hipótese de ocorrência de erro, dúvida, ausência ou omissão quando da conferência da documentação para fins de pagamento, a secretaria requisitante, devolverá os mesmos para acerto até serem sanados e aguardará sua apresentação.





7.1.4.4.11. Qualquer documentação solicitada para esclarecimentos deve ser atendida no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.1.4.5. Fornecimento de materiais:

7.1.4.5.1. A contratada será responsável pelo fornecimento de ferramentas, maquinários, veículos e demais equipamentos, inclusive os de segurança (EPIs e EPCs), necessários ao bom desenvolvimento dos serviços e que obedeçam às normas vigentes.

7.1.4.5.2. A Contratada deverá fornecer ferramentas e equipamentos profissionais a serem utilizados nas atividades de manutenção para cada funcionário, constando dentre eles: roçadeira; cortador de grama; tela de proteção; soprador; saco de lixo; caixa de ferramentas para manutenção do equipamento; serra, e outras coisas mais, necessários para execução dos serviços.

7.1.4.5.3. A relação acima refere-se ao mínimo fundamental para a realização dos serviços. Entretanto, qualquer outro equipamento necessário e/ou acréscimo nos quantitativos relacionados deverá ser fornecido pela Contratada sem ônus para o Contratante.

7.1.4.5.4. Os equipamentos a serem disponibilizados pela Contratada para a realização dos serviços, deverão ser adequados e estar disponíveis para uso imediato.

7.1.4.5.5. A equipe deve apresentar-se no local de execução dos serviços com ferramentas manuais adequadas para o uso previsto, bem como providos de uniformes, crachás, EPIs e de EPCs, de acordo com as normas vigentes, em quantidades suficientes para todos os funcionários.

7.1.4.5.6. De igual modo, a Contratada será responsável por entregar o uniforme completo aos seus funcionários.

7.1.4.6. Equipe mínima:





7.1.4.6.1. A Contratada deverá ter equipe suficiente para atender o objeto desta contratação.

7.1.4.6.2. Sempre que necessário, a Contratada deverá reforçar a sua equipe de funcionários para permitir a execução dos serviços dentro dos prazos previstos, se ficar constatada tal necessidade.

7.1.4.6.3. As quantidades e distribuições das equipes para os serviços deverão ser feitas em face da demanda, atendendo de maneira efetiva.

7.1.4.6.4. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste documento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a Administração, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa.

7.1.4.6.5. Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal de sua contratação, inclusive os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, de acidentes de trabalho, e outros semelhantes, relativos à execução deste objeto.

7.1.4.7. Do recebimento

7.1.4.7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, pelo fiscal, mediante termos detalhados, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, proposta e exigências contratuais.

7.1.4.7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.





Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante nota fiscal, devidamente atestada, datada e assinada pelo fiscal e gestor de contrato.

7.1.4.7.3. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.4.7.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.1.4.7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência consistem na verificação da conformidade dos serviços prestados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal Nº 2285/2023.

8.2. O fiscal e gestor do Contrato, conforme atribuições, tomarão conhecimento do Termo de Referência e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

8.3. A verificação da perfeita execução dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.



8.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme § 1º do art. 117 da Lei 14.133/2021.

8.5. A conformidade do serviço a ser prestado deverá ser verificado juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado a disposição do art. 143 da Lei Nº 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.8. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato e solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei 14.133/2021.

8.9. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.11. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.





8.12. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.13. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1. O presente objeto se enquadra como serviço contínuo?

() SIM (X) NÃO

9.2. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade, nos termos do art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

10 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E RESPONSÁVEL:

10.1. Os valores estimados foram estipulados levando em consideração os preços praticados no mercado, consoante as regras estabelecidas no art. 23 da Lei Federal Nº 14.133/2021, assim como as previsões contidas no Decreto Municipal Nº 1777/2022, que regulamenta as normas e procedimentos atinentes à pesquisa, sendo que a servidora responsável foi: Bruna Lorenço.

10.2. A formalização da pesquisa de preços do objeto deste Termo de Referência encontra-se em documento anexo.

11 DA FORMA DE PAGAMENTO





11.1. O pagamento, decorrente da execução dos serviços objeto desta licitação, será realizado, mediante crédito em conta corrente no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da nota fiscal ou fatura, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

12 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Público do Município de São Bento do Sul.

12.2. As dotações informadas por cada requisitante encontram-se dispostas no quadro a seguir:

21ª Delegacia Regional de Polícia de São Bento do Sul	
365	Código Reduzido
2036	Ação
175270050155	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
23º Batalhão de Polícia Militar	
58	Código Reduzido
2034	Ação
150070000100	Vínculo
3339039160000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Corpo de Bombeiros Militar	
47	Código Reduzido
4084	Ação
175370000105	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Empresa Municipal de Habitação - EMHAB	
1023	Código Reduzido
1049	Ação
150170000200	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Fundação Cultural de São Bento do Sul	
1053	Código Reduzido





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

2060	Ação
150070000100	Vínculo
3.339.039.780.000.000.000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Fundação Municipal de Desportos - FMD	
1038	Código Reduzido
2114	Ação
150070000100	Vínculo
3.339.039.780.000.000.000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Fundação Municipal de Desportos - FMD	
1090	Código Reduzido
2057	Ação
150070000100	Vínculo
33390397800000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Fundo Municipal de Saúde - FMS	
1176	Código Reduzido
2107	Ação
160070000064	Vínculo
33390391600000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Administração - SECAD	
115	Código Reduzido
1063	Ação
150070000100	Vínculo
33390397800000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Agricultura - SEAGRI	
921	Código Reduzido
4003	Ação
150070000100	Vínculo
33390397800000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS	
547	Código Reduzido
2037	Ação
150070000100	Vínculo
33390397800000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON	
837	Código Reduzido
2087	Ação





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

175970000087	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SECON	
725	Código Reduzido
2016	Ação
150070000100	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	
222	Código Reduzido
2023	Ação
150010010001	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	
265	Código Reduzido
2022	Ação
150010010001	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	
266	Código Reduzido
2022	Ação
155070000158	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Educação - SEMED	
223	Código Reduzido
2023	Ação
155070000158	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB	
511	Código Reduzido
2096	Ação
150070000100	Vínculo
3339039780000000000	Modalidade de Aplicação - Elemento/Subelemento

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

14 DA GARANTIA DE PROPOSTA





14.1. Não haverá garantia de proposta.

15 DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

16 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

() SIM (X) NÃO

16.1. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto for considerado de “alta complexidade ou grande vulto”, o que não seria o caso do objeto no caso em tela.

16.2. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, seu termo de referência não apresenta nenhuma característica que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

17 DA VISITA TÉCNICA

17.1. Não haverá exigência de visita técnica.

18 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

18.1.1. Emitir de nota de empenho quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos;

18.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

18.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;





18.1.4. Comunicar ao preposto da contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto contratual, para que sejam promovidas as substituições, reparações ou correções;

18.1.5. Realizar a fiscalização da ata de registro de preços, através de servidor especialmente designado e de seu substituto que exercerá todas as atribuições compatíveis com a fiscalização conforme memorando de designação de fiscal de contrato.

18.1.6. Realizar a gestão da ata de registro de preços, através de servidor especialmente designado que exercerá as atribuições compatíveis com a gestão, conforme disposto no memorando de designação de gestor de contrato.

18.1.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade;

18.1.8. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

18.1.9. Verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado, principalmente em relação aos valores praticados e indicar a necessidade da realização do reajuste, de repactuação e da revisão de valores;

18.1.10. Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado no Contrato, edital e anexos;

18.1.11. Providenciar as devidas publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

18.1.12. Registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Tribunal de Contas do Estado e no Portal da Transparência Município de São Bento do Sul - SC as eventuais irregularidades detectadas e penalidades





aplicadas, após o devido processo legal;

18.1.13. O Órgão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelos fornecedores com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ações dos fornecedores, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

19.1.1. Efetuar a prestação do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

19.1.2. Assinar a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

19.1.3. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

19.1.4. Atender rigorosamente as cláusulas contratuais;

19.1.5. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do objeto;

19.1.6. Alocar os empregados habilitados e necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

19.1.7. Manter o local de trabalho limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

19.1.8. Apresentar os empregados devidamente identificados com uniforme e crachá;





19.1.9. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

19.1.10. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

19.1.11. Responsabilizar-se pela segurança, mão de obra, eficiência, materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços;

19.1.12. Atender às normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e as demais aplicáveis ao objeto contratado;

19.1.13. Responsabilizar-se pelas despesas e todos os encargos decorrentes da execução dos serviços do objeto;

19.1.14. Responsabilizar-se pelos danos causados ao contratante e a terceiros decorrentes da execução dos serviços contratados, causados por culpa ou dolo, inclusive acidentes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o contratante de todas as reclamações que possam surgir;

19.1.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

19.1.16. Substituir, reparar, corrigir, ou refazer, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato o serviço com avarias ou defeitos quando se verificarem vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

19.1.17. Garantir, durante a execução dos serviços, a proteção e conservação dos serviços executados, de forma que seja mantida sua integridade;

19.1.18. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de





modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações do Termo de Referência e Edital, no prazo determinado.

19.1.19. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

19.1.20. Aceitar nas mesmas condições os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias;

19.1.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato;

19.1.22. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência de qualquer fato anormal, acidente que se verifique no local dos serviços ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do serviço em partes ou no todo, com a devida comprovação;

19.1.23. Promover, no prazo estipulado, a complementação da garantia de execução, quando for o caso, após ocorrer o reajuste, a repactuação ou a revisão de preços registrados;

19.1.24. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.

19.1.25. Acatar todas as orientações do contratante, emanadas pelo gestor e fiscal do Contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

20. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

20.1. Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 17 de setembro de 2025.

BRUNA LORENÇO

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Assistente Administrativa

Departamento de Suprimentos e Patrimônio

Secretaria Municipal de Administração

Prefeitura de São Bento do Sul

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/10/2025 15:04 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p83fe2b6824e82>





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÕES - CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS

Ao

Município de São Bento do Sul

Pregão eletrônico nº 183/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS INCLUSOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ n. [xxxx], localizada [endereço completo], na cidade de [xx], com telefone [xxx], endereço de e-mail [xxx], por meio de seu representante legal [nome completo do sócio, administrador ou procurador com poderes], inscrito no CPF [xxxx] e RG [xxxx], declara:

estar ciente de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e seus anexos;

que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;

que não se enquadra nas hipóteses previstas no §1º do art. 9º e nas disposições dos incisos e parágrafos do art. 14, ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;

cumprir todos os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

que a proposta protocolada está em conformidade com as exigências editalícias, foi elaborada de forma independente;

que a proposta protocolada compreende na integralidade os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Fará prova de todas as informações declaradas neste processo licitatório, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Agente de Contratação, no prazo que o mesmo estipular;

Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (* Caso empregue menor, a partir de 14 anos - na condição de aprendiz - **deverá fazer a ressalva**).

Que atesta, **no que for aplicável**, o atendimento à política pública ambiental de **licitação sustentável**, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Cidade, ____ de _____ 2025.

Representante legal da empresa

Nome

CPF

Assinatura





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ao

Município de São Bento do Sul

Pregão eletrônico nº 183/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS INCLUSOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ n. [xxxx], localizada [endereço completo], na cidade de [xx], com telefone [xxx], endereço de e-mail [xxx], por meio de seu representante legal [nome completo do sócio, administrador ou procurador com poderes], inscrito no CPF [xxxx] e RG [xxxx], DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei:

ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Nesse sentido, também declara que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte ou microempresa no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2022. Ainda, declara que está ciente de que o Agente de Contratação poderá solicitar a comprovação das contratações celebradas e encaminhará todos os documentos pertinentes para atestar a veracidade do seu compromisso.

Desta forma, o declarante está ciente que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

[Cidade] __ de _____ de 2025.

Representante legal da empresa

Nome

CPF

Assinatura





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

ANEXO IV- MODELO DE DECLARAÇÃO - INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A CONTRATAÇÃO

Ao

Município de São Bento do Sul

Pregão eletrônico nº 183/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS INCLUSOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A empresa [nome da empresa], inscrita no CNPJ n. [xxxx], localizada [endereço completo], na cidade de [xx], com telefone [xxx], endereço de e-mail [xxx], por meio de seu representante legal [nome completo do sócio, administrador ou procurador com poderes], inscrito no CPF [xxxx] e RG [xxxx], DECLARA, caso seja vencedora da licitação, as seguintes informações:

Dados Bancários para o pagamento:

Banco:	Conta:
Agência:	Chave PIX:

Dados do Responsável Legal pela assinatura do contrato:

Nome:	Telefone:
CPF:	E-mail:
RG:	Endereço:

Dados do Preposto:

Nome:	Telefone fixo e whatsapp:
CPF:	E-mail:
RG:	Endereço:

Cidade, ___ de _____ 2025.


Representante legal da empresa

Nome

CPF

Assinatura



	MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL <i>Estado de Santa Catarina</i>
	Secretaria de Administração

ANEXO V – OPÇÃO PELO ENQUADRAMENTO CONFORME IN RFB 1234/2012

Ao

Município de São Bento do Sul

Pregão eletrônico nº 183/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS INCLUSOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

A (Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº XXX DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é:

() Regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de





dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

OU

() Entidade sem fins lucrativos de caráter, a que se refere o art 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) é entidade sem fins lucrativos;
- b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;
- c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;
- d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
- h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

OU





Se enquadrar em uma das situações abaixo:

I - INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO:

1. () Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, por cumprir os requisitos previstos no art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

2. () Entidade de ensino superior, em gozo regular da isenção prevista no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, por ter aderido ao Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme Termo de Adesão vigente no período da prestação do serviço ou do fornecimento do bem (doc. Anexo).

II - ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1. () Instituição educacional em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério da Educação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

2. () Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo Ministério de sua área de atuação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009. O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e para fins do art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, que:

a) é representante legal da entidade e assume o compromisso de informar, imediatamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao órgão ou à entidade contratante, qualquer alteração na situação acima declarada;

b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

Cidade, ____ de _____ 2025.

Representante legal da empresa

Nome

CPF

Assinatura



**ANEXO VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****Pregão Eletrônico nº 183/2025****Processo: 29442/2025****Validade da Ata: xx**

A **PREFEITURA** MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, inscrita no CNPJ nº 86.051.398/0001-00 localizada na Rua Jorge Lacerda 75, Centro, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, do Decreto Municipal Nº 1778/2022 e das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico **xx/2025**, homologado pelo Secretário de **xxxxx**, para a futura e eventual **xxxxx**, conforme o edital e todos os anexos, nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata possui a finalidade de registrar os preços obtidos no Pregão Eletrônico nº **xx/2025** para a futura e eventual **xxxxx** conforme as especificações e exigências contidas no Termo de Referência, anexo ao Edital do processo licitatório.

1.2. Salienta-se que a Administração não está obrigada a adquirir as quantidades estimadas e dispostas no edital deste Pregão Eletrônico.

1.3. Nos valores registrados já estão inclusas todas as despesas com entrega, instalações/adequações do objeto; materiais; mão-de-obra, encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; combustível; deslocamento de veículos; seguro; lucros, todos e quaisquer tributos e encargos pertinentes independentemente da quantidade que venha a ser registrada na Ata, bem como, todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VENCEDORES**CONFORME RELAÇÃO DE PARTICIPANTES****3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

3.1. Registram-se os preços dos bens ofertados pelos fornecedores, nos seguintes termos:

CONFORME PREÇOS REGISTRADOS



4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de **1 (um) ano**, podendo este prazo ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade.

4.2. Quando existir prorrogação da vigência da ata, os quantitativos registrados poderão ser renovados até o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo quantitativo realizado no primeiro ano de vigência da ata, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

4.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Com objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o **reajuste de preços** mediante apostila, e aplicará o índice IPCA. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado o dia **xx**, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.

5.2. A **repactuação de preços** também ocorrerá mediante apostila, e terá como termo inicial no mínimo 1 (um) ano da apresentação das propostas.

5.3. A **revisão de preços** registrados será realizada mediante solicitação do fornecedor ou da Administração, a qualquer tempo durante a vigência da ata, com objetivo de restabelecer a relação econômico-financeira entre as partes, será formalizada mediante aditivo, observando o disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. O pedido realizado pelo fornecedor para revisão de preços será analisado pela fiscalização e gestão da Ata de Registro de Preços, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do protocolo.

5.5. A emissão de nota de empenho ou ordem de fornecimento, não configurará óbice para analisar o pedido de revisão.

5.6. A execução do objeto ou a extinção da ata de registro de preços, não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que a revisão poderá ser concedida por meio de termo indenizatório.





5.7. Para pedidos de revisão realizados antes da vigência da ata, produzirá seus efeitos após o início da vigência.

5.8. No caso de existência de garantia da execução, nos termos do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, o gestor da ata enviará o termo de apostilamento ou o aditivo com atualização de preços para o fornecedor promover a complementação da garantia, no prazo de 05 dias úteis.

5.9. As comunicações sobre atualização de preços ocorrerão entre o Gestor da Ata e o Preposto da empresa fornecedora, conforme os dados apresentados no preenchimento da proposta no Anexo **IV** do edital “Informações Necessárias para a Contratação”.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO COMPROMISSO DOS FORNECEDORES

6.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, os fornecedores assumem o compromisso de atender, durante a vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

7.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pela Administração quando:

7.1.1. o fornecedor for liberado;

7.1.2. o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

7.1.3. o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4. o fornecedor sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

7.2. O cancelamento do preço registrado será autuado no processo administrativo da licitação e ensejará o aditamento da Ata.

7.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor do preço cancelado.





7.4. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, a Administração poderá realizar nova contratação, sem que caiba direito de recurso.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente:

8.1.1. pelo encerramento de sua vigência;

8.1.2. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

8.1.3. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

8.1.4. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9. CLÁUSULA NONA – MODO E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. O objeto será executado nos prazos e condições fixadas no **item 7 do** Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Constituem obrigações do Fornecedor:

10.1.1. assinar esta Ata no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

10.1.2. cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

10.1.3. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

10.1.4. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, modelo, procedência e prazo de garantia;





10.1.5. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.6. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.7. realizar as entregas do objeto nos prazos fixados no item 07 do termo de referência, a contar do recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento, e no horário estipulado pelo órgão.

10.1.8. comunicar ao Órgão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.9. manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

10.1.10. aceitar nas mesmas condições os acréscimos que se fizerem necessárias ao fornecimento do objeto.

10.1.11. promover, no prazo estipulado, a complementação da garantia de execução, quando for o caso, após ocorrer o reajuste, a repactuação ou a revisão de preços registrados;

10.1.12. acatar todas as orientações da Administração, emanadas pelo gestor e fiscal da ata, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

11.1. Constituem obrigações deste Órgão:

11.1.1. realizar a fiscalização da ata, através de servidor especialmente designado **conforme item 16 do Edital**, pelo fiscal e seu substituto que exercerão todas as atribuições compatíveis com a fiscalização da presente ata dispostas no art. 5º do Decreto n. 1776/2022, publicado em 02/12/2022.

11.1.2. realizar a gestão da ata, através de servidor especialmente designado **conforme item 16 do Edital**, pelo gestor e seu substituto que exercerão as atribuições compatíveis com a gestão da presente ata, conforme disposto no art. 6º do Decreto n. 1776/2022, publicado em 02/12/2022.





11.1.3. O fiscal e gestor da ata, conforme atribuições, tomarão conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

11.1.4. Emitir de nota de empenho ou ordem de fornecimento quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

11.1.5. receber a mercadoria no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

11.1.6. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.1.7. comunicar ao preposto do fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.1.8. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado, principalmente em relação aos valores praticados e indicar a necessidade da realização do reajuste, de repactuação e da revisão de valores;

11.1.9. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, edital e anexos;

11.1.10. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial do Município e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP as eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

11.1.11. providenciar as devidas publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

11.1.12. o Órgão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelos fornecedores com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ações do(s) fornecedor(es), de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS





12.1. A presente ata de registro de preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas, unilateralmente pela Administração, quando:

12.1.1. Existir modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

12.1.2. Existir necessidade de modificar o valor registrado em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei 14.133/21;

12.2. As alterações qualitativas e quantitativas na presente ata de registro de preços observarão os requisitos dispostos no art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Quando existir prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá ocorrer a renovação dos quantitativos registrados, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

12.4. A renovação dos quantitativos registrados respeitará o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo quantitativo realizado no primeiro ano de vigência da ata.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do Órgão gerenciador, o órgão ou a entidade que não tenha participado do processo licitatório poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja apresentada justificativa da vantagem de utilização da ata; bem como a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor da ata, nos termos dos incisos I, II e III, § 2º do art. 86 da Lei 14.133/21.

13.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e demais participantes.

13.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





14.1. As despesas decorrentes da presente ata correrão por conta das seguintes Dotações orçamentárias no Exercício:

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PAGAMENTO

15.1. O fornecedor somente poderá emitir nota fiscal/fatura após a emissão da respectiva nota de empenho.

15.2. O fornecedor emitirá nota fiscal e enviará a Administração, a qual dará o aceite definitivo no recebimento do objeto, após a devida conferência pelo servidor responsável pelo recebimento.

15.3. O Município efetuará o pagamento em até 30 dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme item **xxx** do Termo de Referência.

15.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de São Bento do Sul – SC.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

17.1. A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no portal da transparência do Município de São Bento do Sul – SC e demais termos e condições previstas no CAPÍTULO IX DA PUBLICIDADE da Lei Municipal nº 4.702/2022.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

18.1. O Cadastro de Reserva de Fornecedores será formado por todos os licitantes classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva, excetuados os classificados em primeiro lugar com os quais serão registrados ata de registro de preços.





18.2. Os quantitativos estimados para consumo são formados pela demanda apresentada pela Administração. Esses quantitativos não vinculam qualquer obrigação da Administração e não geram qualquer Direito ao Fornecedor.

18.3. Na hipótese de o fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os Fornecedores do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, e poderá sofrer as penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.

18.4. Excetuados os fornecedores mais bem classificados durante a fase competitiva, todos os demais licitantes formarão o cadastro de reserva de fornecedores.

18.5. Os Fornecedores do cadastro de reserva serão incluídos aos autos através do ranking nos itens na forma de anexo, na sequência da classificação do certame, segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - OUTRAS DISPOSIÇÕES

19.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas na presente Ata serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, bem como nos regulamentos municipais.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento para fins de contratação.

São Bento do Sul, xxx de 2025.

secretário





MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Estado de Santa Catarina

Secretaria de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 183/2025

JOSIAS TERRES
Secretário de Educação

DEBORA ELAINE BELLO
Secretária de Administração

MARCELO MARQUES
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

LUIZ NERI PEREIRA
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**ANDREA MARISTELA BAUER
TAMANINE**
Secretária de Desenvolvimento
Econômico e Turismo

BARBARA SIMONE DA SILVA
Diretora Presidente da Fundação
Cultural

LUIZ LINDECIR PESENTI
Secretário de Agricultura e Meio
Ambiente

**SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ
TELES**
Chefe De Gabinete

MARINA APARECIDA DOS SANTOS
Secretária de Assistência Social

LUCIANO WEIDNER
Diretor Presidente Do Fundo
Municipal de Desportos

AIRTON NORBAL RAMOS NETO
Diretor Presidente da Empresa Municipal
de Habitação

BRUNO SEEFELD
Secretário de Planejamento e
Urbanismo

